

Fome e mercado de trabalho: reflexos materiais das estruturas de exploração e opressão racial e de gênero

Clara Saliba¹ e Gabriel Lucena²

Dados recentes revelam cara da fome

No Brasil, a fome tem cor, gênero e endereço. Ela está presente em mais de um terço dos domicílios chefiados por mulheres negras e em cerca de um quinto dos chefiados por homens negros. Os dados, disponibilizados no fim de junho pelo Suplemento II - Raça e Gênero do II VIGISAN (Inquérito Nacional sobre a Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia do Covid-19 no Brasil) trazem o devastador retrato da volta da insegurança alimentar e nutricional nos lares brasileiros: a estimativa é que, entre o fim de 2021 e o início de 2022, 33 milhões de cidadãos brasileiros não tinham o que comer, apresentando a chamada insegurança alimentar grave. Ao se considerarem as formas mais leves de insegurança alimentar (IA), são 125,2 milhões de pessoas com alguma restrição na segurança alimentar e nutricional: cerca de 60% dos domicílios brasileiros. A estimativa representa um crescimento considerando o estudo do grupo de pesquisa Alimento para Justiça, de 2021, que estimou que 59% dos domicílios brasileiros estavam em situação de insegurança alimentar durante a pandemia de Covid-19. Em 2018, de acordo com a Pesquisa de Orçamentos Familiares, o percentual era de 36,7% (Galindo et al, 2021).

O II VIGISAN foi feito por amostragem e entrevistou 12.645 domicílios em 577 municípios, entre novembro de 2021 e abril de 2022. A averiguação do estado de IA dos domicílios foi possível a partir da aplicação da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA)³, que contém oito perguntas relativas à experiência dos entrevistados nos três meses anteriores à pesquisa com relação à compra de alimentos, regularidade de refeições, disponibilidade orçamentária, etc. As respostas afirmativas marcam pontos. A segurança alimentar corresponde aos domicílios que não tenham respondido de forma afirmativa nenhuma das perguntas da EBIA. A partir de uma resposta afirmativa, pode-se identificar algum nível, seja leve, moderado ou grave, de insegurança alimentar. O Inquérito considerou 6 ou mais respostas afirmativas como caso de IA grave.

O Gráfico I, elaborado a partir do relatório, revela as transversalidades de gênero e raça que perpassam a fome no Brasil. Os resultados da pesquisa demonstram uma maior fragilidade alimentar nos domicílios chefiados por mulheres, com os maiores índices de insegurança alimentar concentrados nos domicílios chefiados por mulheres negras⁴. Ao se considerar a soma entre IA moderada e grave, são 42% dos lares deste recorte em situação de fome. Já os menores percentuais de insegurança alimentar se encontram nos domicílios chefiados por

¹ Mestranda em Economia pelo IE/Unicamp. Bolsista de produção e análise de dados do mercado de trabalho - CESIT.

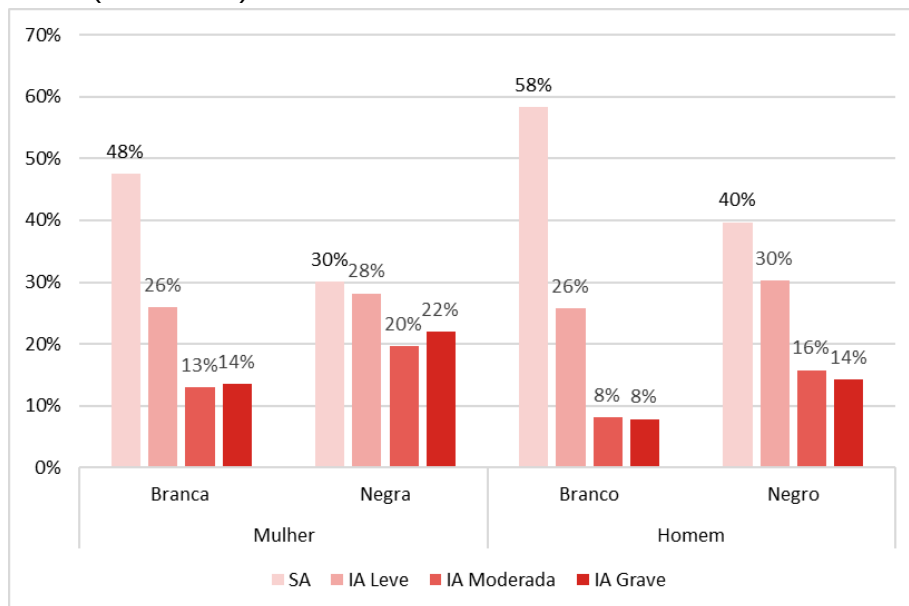
² Graduando em Ciências Econômicas pelo IE/Unicamp.

³ Para mais informações sobre a metodologia de aplicação da EBIA, ver Estudo técnico 01/2014 - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, disponível em <<https://fpabramo.org.br/acervosocial/estante/escala-brasileira-de-inseguranca-alimentar-ebia-analise-psicometrica-de-uma-dimensao-da-seguranca-alimentar-e-nutricional/>>

⁴ Isto é, que se autodeclaram pretas ou pardas, conforme metodologia do estudo.

homens brancos, em que os lares em IA moderada e grave somam 16%. As interações entre raça e gênero no âmbito da segurança alimentar refletem a necessidade de uma análise permanentemente interseccional (Crenshaw, 2002) destes indicadores.

Gráfico I - Percentual de lares em Insegurança Alimentar por raça e gênero da pessoa de referência, Brasil (2021/2022)



Fonte: II VIGISAN (2023). Elaboração própria.

Conforme da Silva *et. al.* (2022), a insegurança alimentar, ao se mostrar presente com maior frequência nos domicílios chefiados por mulheres negras, revela-se como uma das expressões de exploração e desvalorização socioeconômica desse grupo, podendo ser considerada uma síntese dos indicadores socioeconômicos que demonstram a vulnerabilidade social da posição da mulher negra (Da Silva *et. al.*, 2022). São muitos os estudos que apontam para o papel das interseccionalidades na expressão da fome (FAO, 2023a; FAO, 2023b; Phojanakong *et. al.*, 2018; Da Silva *et. al.*, 2022), os quais apontam para um denominador comum: a insegurança alimentar é resultado imediato da interação entre estruturas de opressão multidimensionais, que inibem o acesso de populações específicas ao trabalho, à renda e à seguridade social como um todo.

A desigualdade de acesso aos alimentos entre homens e mulheres é atribuída a diversos fatores, dentre eles a discriminação trabalhista, o acesso limitado à educação, a oportunidades de emprego e geração de renda, à instrução formal, à extensão rural, aos sistemas de crédito, etc (FAO, 2021; FAO, 2023b; Gornick & Boeri, 2016). A posição de fragilidade na segurança alimentar das mulheres também as coloca sob maior risco de sofrer com choques de oferta e crises externas que impactam diretamente o preço dos alimentos, de um lado, e a renda disponível, de outro. O mesmo vale para pessoas autodeclaradas pretas e pardas. A crise do COVID-19 é um exemplo claro de adensamento das iniquidades dentre estes grupos sociais, com os lares chefiados por mulheres negras sofrendo a maior variação na segurança alimentar entre as pesquisas de 2020 e 2021/2022 do Inquérito (VIGISAN, 2023), como mostra a tabela I, abaixo.

Tabela I - Variações na situação de segurança alimentar dos domicílios conforme Raça/cor autodeclarada da pessoa de referência - relatórios VIGISAN I e II (2020 e 2021/2022)

Raça/cor autodeclarada da pessoa de referência		SA	IA Leve	IA Moderada	IA Grave
Variação 2020-2021/2022	Branca	+ 7,0%	-25,6%	+19,5%	+55,9%
	Negra(preta/parda)	-15,7%	-16,3%	+33,1%	+74%

Fonte: extraído de II VIGISAN (2023).

Ainda que haja um aumento da insegurança alimentar grave tanto para brancos quanto para negros entre os dois períodos de referência, são expressivamente maiores os percentuais de elevação de insegurança alimentar moderada e grave para pessoas negras. Ainda, se para os brancos houve um ligeiro aumento no percentual de lares em segurança alimentar (7%), o valor, para os negros, foi mais do que o dobro no sentido inverso, com uma redução de 15,7%. Todos os valores apresentados são estatisticamente significativos⁵.

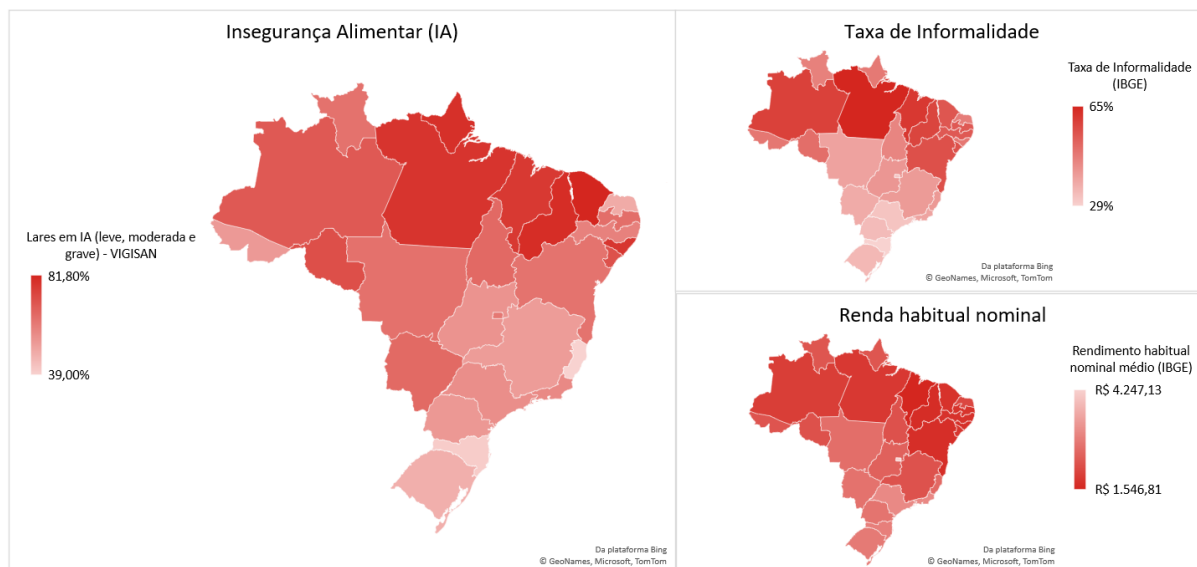
A IA também não se manifesta de maneira espacialmente igualitária: a fome é mais presente nas regiões Norte e Nordeste⁶, em que atinge, respectivamente, 72% e 68% da população, além de ser mais proeminente em domicílios rurais do que urbanos. O Gráfico I apresenta o somatório de pessoas em um dos três níveis de IA (leve, moderada e grave) por estado brasileiro. É interessante pontuar que os estados que apresentam os maiores percentuais de insegurança alimentar e nutricional também são aqueles com menores rendimentos habituais médios e maiores taxa de informalidade⁷ conforme a PNAD Contínua no período de referência, como também mostrado no mesmo gráfico.

Gráfico II - Percentual de lares em Insegurança Alimentar por unidade da federação, Brasil (2021/2022)

⁵ 2020: p-valor <0,05 e 2021/2022: p-valor<0,001 (VIGISAN, 2023).

⁶ Excetuam-se os estados de Rondônia, Bahia, Rio Grande do Norte e Paraíba, para os quais a estimativa de domicílios em situação de IA foi menor do que a média nacional.

⁷ Aqui, utiliza-se o conceito de informalidade adotado pelo IBGE. Isto é, consideram-se informais os trabalhadores que são empregados no setor privado com carteira de trabalho assinada, empregados no setor público com carteira de trabalho assinada, trabalhadores domésticos com carteira de trabalho assinada, militares ou servidores estatutários. Esse não é o mesmo critério do que o adotado pelo VIGISAN, que divide as categorias de formal/informal conforme a própria declaração do trabalhador, o que precisa ser levado em consideração ao se comparar dados de informalidade da PNAD Contínua com os fornecidos pelo VIGISAN.



Fonte: II VIGISAN (2023) e PNAD Trimestral Contínua - 1º Trimestre/2022 (IBGE). Elaboração própria.

No que diz respeito aos determinantes da insegurança alimentar, Kepple & Segall-Corrêa (2011), elaboram um marco conceitual que considera três esferas: os determinantes macro socioeconômicos, os determinantes regionais/locais e, por último, os determinantes domiciliares da fome. No primeiro grupo encontram-se as políticas sociais e econômicas, a situação global, entre outros. O segundo diz respeito aos preços, à renda disponível, ao emprego, ao racismo e sexismo, à cultura alimentar, à localidade, etc. No terceiro, estão as características individuais dos domicílios, como grau de escolaridade, renda familiar, e raça/cor ou gênero do morador de referência. A situação de insegurança alimentar, portanto, é explicada pelos autores como resultado da interação de diferentes fatores em níveis de agregação diferentes, estando sujeita a condicionantes desde a escala macroeconômica até a domiciliar.

Já o estudo de Galindo et al (2021) compreende que a junção da instabilidade política e a crise econômica a partir de 2014 foram responsáveis por agravar a fome no Brasil, também por trazer uma agenda de flexibilização e desmobilização de políticas sociais do Estado, seja no campo das desigualdades (como o Programa Bolsa Família), da seguridade social e do trabalho (como a Reforma Trabalhista) ou de mecanismos para combate à fome e promoção da agricultura familiar (como a diminuição dos investimento no Programa Nacional de Alimentação Escolar). Essas medidas persistiram no pré e durante a pandemia, sendo aprofundadas com o aumento da inflação do preço dos alimentos, causando um cenário favorável para o escalonamento da insegurança alimentar no Brasil mesmo após o fim da pandemia.

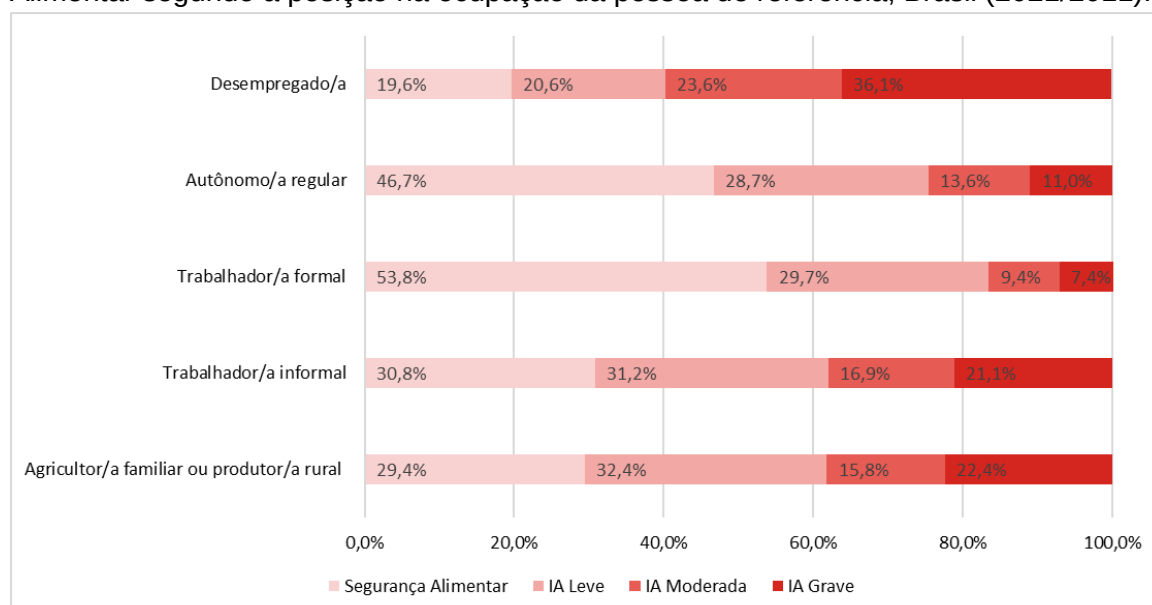
Segundo o próprio VIGISAN, a baixa renda é apontada como a principal causadora da insegurança alimentar e nutricional nos domicílios brasileiros e, nesse sentido, a ocupação apresenta determinantes importantes - assim como as políticas sociais de manutenção e complementação de renda das famílias. Se no final de 2020, 22,8% dos domicílios cuja renda familiar era de menos de um quarto de salário mínimo per capita estavam em situação de fome, em 2022 o mesmo percentual atingiu 43% dos domicílios. A IA grave esteve mais presente nos domicílios cuja pessoa de referência estava desempregada, em 36% dos lares,

mas também apresentou percentuais elevados para o caso dos chefes de família em trabalhos informais, chegando a 21,1% dos domicílios. O Gráfico III detalha os níveis de segurança alimentar dos domicílios entrevistados, conforme a situação de ocupação da pessoa de referência, entre agricultor familiar ou produtor rural, emprego informal, emprego formal, autônomo regular ou desempregado. A informalidade foi considerada, na pesquisa, a partir da declaração dos participantes das entrevistas quanto à existência ou não de vínculo empregatício formal (CLT ou estatutário).

É interessante notar que os níveis de insegurança alimentar se encontram bastante elevados para a categoria da informalidade, o que confirma os apontamentos da economia do trabalho sobre a precariedade em que se encontram os trabalhadores informais no Brasil. O trabalho informal sempre foi expressivo na composição da população ocupada, sendo uma característica estrutural do mercado de trabalho no Brasil (Krein, 2007) - principalmente para as pessoas negras, no pós-abolição, formando um “exército afrodescendente desocupado e informal” (Theodoro, 2002). Essa forma de contratação, que ganha força após a abertura comercial e o processo de consolidação do capitalismo dos anos 80, não garante os direitos trabalhistas, a seguridade social e a organização sindical das pessoas empregadas. Assim, os postos de trabalho informais estão ligados à maior precariedade em termos de direitos, organização e remuneração (Krein, 2007).

Em outras palavras, o relatório aponta que não basta que a pessoa de referência tenha um trabalho ou uma fonte de renda regular para que se garanta a segurança alimentar do domicílio - muitos cidadãos fazem parte da população economicamente ativa e, mesmo assim, não conseguem renda suficiente para alimentar a si e a seus familiares.

Gráfico III - Distribuição do percentual de Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar segundo a posição na ocupação da pessoa de referência, Brasil (2021/2011).



Fonte: II VIGISAN (2023). Elaboração própria.

Fome, informalidade e renda: duas faces da mesma moeda

Como visto na seção anterior, é possível entender que a renda é um dos determinantes da presença ou não de insegurança alimentar nos domicílios e, na medida em que a renda disponível advém, para a grande maioria da população, dos rendimentos do trabalho, a situação de emprego e ocupação dos lares também é peça chave na engrenagem da fome. Ao analisarmos os dados do primeiro semestre de 2023, obtidos pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc), vemos que os resultados obtidos no II VIGISAN sobre insegurança alimentar andam em linha com os dados de mercado de trabalho. Em ambos, podemos observar uma maior precariedade de vida nas mulheres pretas e pardas, seja no emprego, seja na alimentação.

De acordo com o IBGE, a população negra corresponde à soma das pessoas pretas e pardas. Para a categoria “Gênero”, foi utilizada a variável da PNADc “Sexo” como *proxy*, tanto neste breve estudo quanto na divulgação do II VIGISAN.

Na Tabela 1, estão à mostra as taxa de desemprego⁸ e informalidade⁹ de cada interação entre gênero e raça. Como é possível aferir, as maiores taxas de desemprego são de mulheres brancas e pessoas negras, sendo as de mulheres negras disparadamente maiores - mais do que o dobro, em pontos percentuais, da taxa de desemprego de homens brancos. De maneira análoga, o Inquérito mostra que a insegurança alimentar também é substancialmente maior nos lares chefiados por mulheres negras, e ainda mais agravante naqueles em que a pessoa de referência se encontra desempregada.

Tabela 1 Indicadores de mercado de trabalho por raça e gênero no 1º trimestre de 2023				
Raça/Gênero	Homem Branco	Mulher Branca	Homem Negro	Mulher Negra
Total de Desempregados	2.444.243	2.818.873	4.385.353	4.385.353
População Economicamente	25.007.904	20.237.825	32.215.558	23.062.869
Taxa de Desemprego	9,77%	13,93%	13,61%	20,14%
Total de Pessoas Informais	9.750.326	7.044.031	14.426.945	9.534.488
Total de Pessoas Ocupadas	22.563.661	17.418.952	27.830.205	18.417.787
Taxa de Informalidade	43,21%	40,44%	51,84%	51,77%

⁸Foi calculada como o quociente da População Desocupada dividida pela População Economicamente Ativa de cada gênero/raça.

⁹ Calculada como o quociente de Trabalhadores Informais divididos pela População Ocupada de cada gênero e raça.

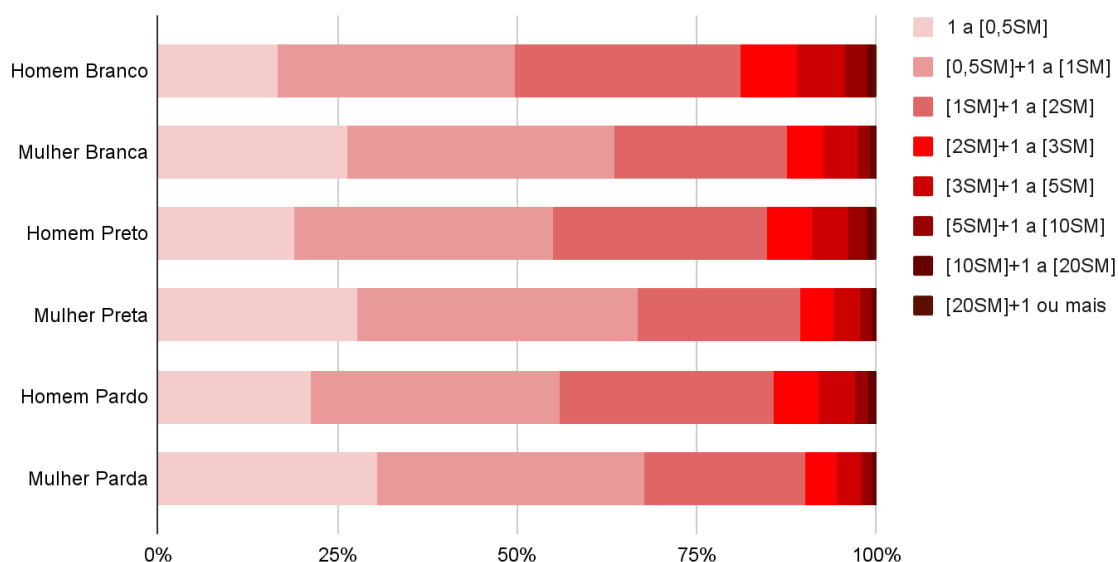
Fonte: IBGE (2023). Elaboração própria.

Sobre informalidade, os dados seguem os de desemprego: os os públicos com maiores taxas de informalidade são homens e mulheres negras. Para eles, a informalidade é maior que 50%.. Apesar de uma correspondência direta não ser tecnicamente correta, pois o CESIT e o VIGISAN utilizam de diferentes definições de informalidade, é possível traçar um paralelo entre a frequência do trabalho informal e da insegurança alimentar nos domicílios chefiados por mulheres e pessoas negras.

Como dito, trabalhadoras(es) informais não têm acesso à proteção social caso haja perda do posto de trabalho - ou seja, não há amparo caso haja perda do que geralmente é a principal fonte de renda. Só isso demonstra que, na possibilidade de perda do posto, há maior vulnerabilidade à insegurança alimentar por não haver apoio estatal à essa população. Entretanto, não é somente na perspectiva de perda de posto que há vulnerabilidade. Ao olhar para a renda, vemos que a maioria das(os) trabalhadoras(es) informais recebe entre 0,5 SM+1 (meio salário mínimo mais um real) e 2 SM. Não obstante, a maioria dos homens brancos, pretos e pardos recebem entre 0,5SM+1 e 2 SM, enquanto as mulheres pardas, pretas e brancas recebem na maioria entre 1 real e 1SM. Esses dados corroboram com os apresentados pelo inquérito, de que mulheres estão mais vulneráveis à insegurança alimentar.

Ao final de julho de 2023, o DIEESE (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos) averiguou, via Pesquisa Nacional de Cesta Básica de Alimentos (2023), que o salário mínimo por lei era de R\$ 1.320,00, enquanto o necessário para viver seria de R\$ 6.528,93. Assim, de acordo com o estudo, a maioria dos trabalhadores informais não têm condições monetárias para satisfazer suas necessidades, incluindo alimentação. Os apontamentos do DIEESE são confirmados pelo II VIGISAN, que demonstra a concentração maior de casos de IA moderada e grave nos domicílios de renda familiar de até meio salário mínimo per capita (54,1% e 69% dos lares chefiados por pessoas brancas e pardas/pretas, respectivamente) (VIGISAN, 2023).O Gráfico V mostra a distribuição das faixas de salário mínimo por raça e gênero dos trabalhadores e trabalhadoras informais, conforme dados da PNAD Contínua trimestral, e constata a predominância de salários mais baixos para as mulheres, sejam pretas, brancas ou pardas.

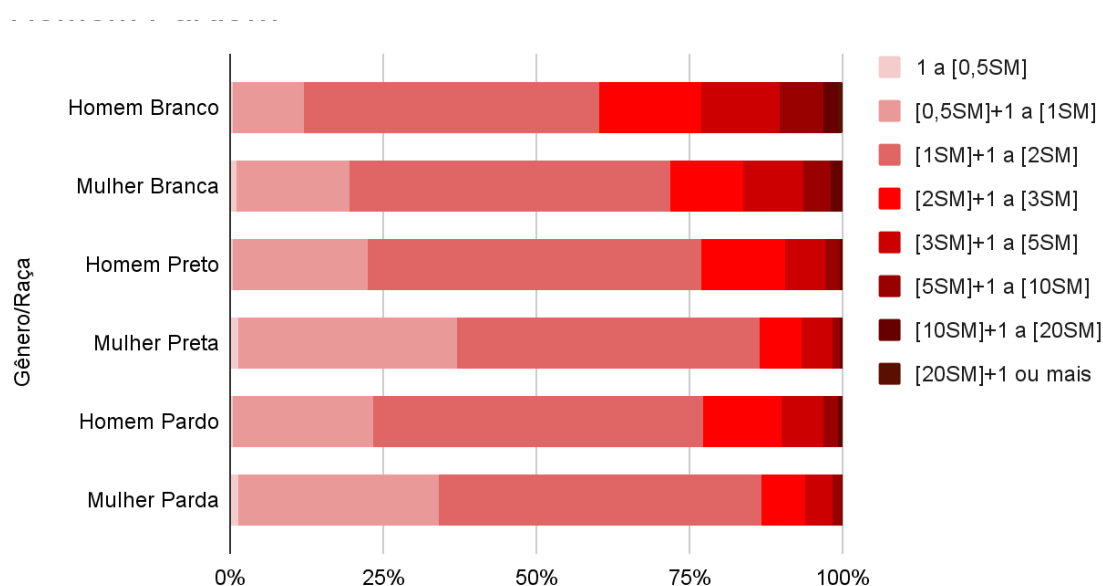
Gráfico V - Distribuição de faixa de salário mínimo por raça e gênero de trabalhadoras(es) informais do primeiro trimestre de 2023, Brasil.



Fonte: PNAD Trimestral Contínua - 1º Trimestre/2023 (IBGE). Elaboração própria.

Já o gráfico VI mostra a distribuição de trabalhadores formais por faixa de salário mínimo. É possível perceber duas coisas: trabalhadores em situação formal, aqui representados por trabalhadores com carteira assinada ou estatutários, têm maiores níveis de salário. Mesmo assim, a grande maioria da população não recebe o salário considerado necessário pelo DIEESE, que seria a partir de 5SM+1; novamente, as pessoas negras são maioria nas menores faixas de salário, principalmente as mulheres negras. Mais de 75% das mulheres negras formais recebem até 2SM.

Gráfico VI - Distribuição de faixa de salário mínimo por raça e gênero de trabalhadoras(es) formais do primeiro trimestre de 2023, Brasil.



O que o cruzamento das informações sobre segurança alimentar trazidas pelo II VIGISAN e os dados de fornecidos pelo IBGE confirma é o reflexo material das desigualdades estruturais

do Brasil, que se exprimem no mercado de trabalho através da discriminação e segregação raciais e de gênero. A maneira como se distribuem os empregos (formais ou informais) e seus rendimentos reflete o maior ou menor acesso a oportunidades de trabalho, seguridade social e renda - estas que surgem em maior volume, sobretudo para os homens brancos. O resultado imediato são possibilidades diferenciadas de segurança alimentar, na medida em que o acesso aos alimentos está amplamente condicionado à renda disponível das famílias. Contudo, há de se considerar que a alimentação ultrapassa questões meramente financeiras, e deve ser entendida como um resultado da interação social entre esferas macroeconômicas, regionais e individuais (Kepple & Segall-Corrêa, 2011). O mercado de trabalho, assim como as estruturas de opressão que o atravessam, é dimensão necessária, mas não suficiente para compreender globalmente o recrudescimento da insegurança alimentar vivenciado pelos lares brasileiros nos últimos anos. A pandemia do COVID-19 e o desmonte de políticas sociais, apenas brevemente mencionados neste ensaio, também são facetas importantes do retorno da fome, assim como os choques de oferta de alimentos, a produção alimentar voltada para a exportação de *commodities* e a crise climática e ambiental.

O combate à fome exige uma abordagem multidisciplinar e multisetorial e, por isso, é imprescindível compreender sua relação com o mercado de trabalho e, especialmente, com as desigualdades de gênero e raça que nele se exprimem. Se a fome e o desemprego têm a mesma cor, gênero e endereço, também devem tê-lo as políticas direcionadas a sua mitigação.

Referências bibliográficas

CRENSHAW, Kimberle. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, v. 10, p. 171-188, 2002.

DIEESE. Pesquisa nacional da Cesta Básica de Alimentos. In: Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. 2023. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>. Acesso em: 6 jul. 2023.

Food and Agriculture Organization of the United Nations, FAO; International Fund for Agricultural Development; United Nations Children's Fund; World Food Programme; World Health Organization. 2021. The state of food security and nutrition in the world 2021. Transforming food systems for food security, improved nutrition and affordable healthy diets for all. Rome: Food and Agriculture Organization of the United Nations.

Food and Agriculture Organization of the United Nations, FAO. 2023a. The status of women in agrifood systems. Rome: Food and Agriculture Organization of the United Nations.

Food and Agriculture Organization of the United Nations, FAO. 2023b. Why Are Women More Food Insecure than Men? Exploring Socio-economic Determinants of the Gender Gap and the Role of COVID-19 in the UNECE Region. Rome: Food and Agriculture Organization of the United Nations.

GALINDO, Eryka et al. Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil. Food for Justice Working Paper Series, no. 4 (2a ed.). Berlin: Food for Justice: Power, Politics, and Food Inequalities in a Bioeconomy, 2021.

GORNICK, Janet C.; BOERI, Natascia. Gender and poverty. In: The Oxford handbook of the social science of poverty, p. 221-246, 2016.

KEPPLER, A. W.; SEGALL-CORRÊA, A. M. Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 16, n. 1, p. 187–199, 2011.
<https://doi.org/10.1590/S1413-81232011000100022>.

KREIN, José Dari. Tendências Recentes nas Relações de Emprego no Brasil: 1990-2005. 2007. 347 f. Tese (Doutorado) - Curso de Desenvolvimento Econômico, Economia Social e do Trabalho, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007. Cap. 1. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/415104?guid=1658448005967&returnUrl=%2Fresultado%2Flistar%3Fguid%3D1658448005967%26quantidadePaginas%3D1%26codigoRegistro%3D415104%23415104&i=7>. Acesso em: 4 jan. 2023.

PENSSAN, Rede. II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil (II VIGISAN): Relatório Final. São Paulo, SP: Fundação Friedrich Ebert: Rede PENSSAN, 2022.

PENSSAN, Rede. II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil (II VIGISAN): Suplemento Regiões. São Paulo, SP: Fundação Friedrich Ebert: Rede PENSSAN, 2023.

PENSSAN, Rede. II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil (II VIGISAN): Suplemento Raça e Gênero. São Paulo, SP: Fundação Friedrich Ebert: Rede PENSSAN, 2023.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral (PNADc Trimestral) 1º trimestre 2023.

Phojanakong P, Brown Weida E, Grimaldi G, Lê-Scherban F, Chilton M. Experiences of Racial and Ethnic Discrimination Are Associated with Food Insecurity and Poor Health. *Int J Environ Res Public Health*. 2019 Nov 8;16(22):4369. doi: 10.3390/ijerph16224369. PMID: 31717419; PMCID: PMC6887985.

SILVA, Silvana Oliveira da et al. A cor e o sexo da fome: análise da insegurança alimentar sob o olhar da interseccionalidade. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 38, n. 7, e00255621, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311XPT255621>. ISSN 1678-4464.

THEODORO, Mário. Mercado de trabalho, desigualdade e racismo. In: THEODORO, Mário. *A Sociedade Desigual: Racismo e branquitude na formação do Brasil*. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2022. cap. 3, p. 90-170.